

Bernardo Cabral internado para exame cardíaco

FERNANDO SCRIPILLITTI Da Sucursal

São Paulo — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, dormiu no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas, onde foi internado ontem cedo para realizar exames cardiográficos. O deputado foi submetido durante cerca de dez horas a exames de eletrocardiograma, ecocardiograma, e de sangue, que apresentaram resultados normais.

As 21h, o deputado deixou o hospital acompanhado de sua mulher, Zuleide, e de seu médico Renault Matos Ribeiro. Cabral afirmou estar muito cansado e estressado, principalmente em função dos trabalhos da Constituinte. "Trabalho quase vinte horas por dia. A Constituinte me trouxe para cá", brincou. O deputado passou a noite em São Paulo e se submete hoje a um exame de ecocardiograma com esforço, especificamente, uma contilografia miocárdica para determinar se há ou não entupimento das coronárias. No caso de obstrução, ele pode ser submetido a uma angioplastia ou a uma cirurgia

de ponte de safena.

Segundo o Dr. Renault, o relator da Constituinte vinha se queixando há mais de seis meses de dores no peito. Bernardo Cabral sofre de hipertensão moderada e já havia feito exames esta semana em Brasília.

GOVERNO PRESSIONADO

Bernardo Cabral admitiu que existe uma pressão de alguns setores do governo para que a promulgação da Constituição seja protelada, principalmente em função do capítulo que se refere à repartição da receita tributária. "Se a Constituição não sair este ano, a divisão de receita para os estados e municípios só entrará em vigor a partir de 1990", afirmou. Mas ressaltou que não foi procurado e nem sofreu pressões nesse sentido.

O deputado comentou que os trabalhos da Constituinte estão tomando seu ritmo normal e provavelmente só serão "emperrados" nas questões do direito de greve e reforma agrária. As suas previsões são de que os trabalhos sejam encerrados no próximo mês.



Ulysses, que já estava admitindo promulgação para outubro, pode terminar antes

STF não vê exageros na Constituição

São Paulo — O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministro Luiz Rafael Mayer afirmou que as chamadas conquistas sociais inseridas na nova Constituição representam um avanço cauteloso. Ele não crê que "haja nada de tão exagerado que ponha em perigo o País", lembrando que as declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, segundo as quais a nova legislação poderá agravar os problemas sociais no País, foram feitas em caráter pessoal, sem envolver posições dos demais ministros.

Em relação ao tratamento dado pelos constituintes ao poder judiciário, o presidente do STF disse que a nova Carta traz modificações "de certa profundidade", destacando que "não foi alcançado o patamar ideal para a modernização do judiciário". Rafael Mayer salientou, no entanto, que o STF foi resguardado substancialmente na sua estrutura tornando-se predominantemente uma corte constitucional que terá "uma importância considerável no sentido de aplicar e dar eficácia à nova Constituição".

O presidente do STF comentou que o trabalho dos constituintes tem legitimidade porque foram escolhidos pela população em eleições diretas. O novo documento deverá ser competente e expressar a vontade do povo, destacou Mayer, que prestará juramento à nova Carta depois de sua promulgação, ao lado do Presidente da República.

Carta pode vingar já em setembro

Esforço concentrado ganha adesão dos partidos e antecipa previsão

Apesar de todos os atrasos e obstruções que vêm sendo a marca das votações em segundo turno, a conclusão dos trabalhos constituintes pode estar mais próxima que o esperado. No final da semana passada, o presidente Ulysses Guimarães admitiu que seria muito difícil promulgar a nova Carta antes de outubro. Ulysses agora tem um bom motivo para refazer os seus cálculos: o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, garantiu ao presidente da Constituinte que os 48 parlamentares de sua bancada — a terceira mais numerosa — estão dispostos a ficar em Brasília durante três semanas ininterruptas para um último e definitivo "esforço concentrado".

Na maior bancada da Constituinte — o PMDB, com 239 parlamentares — está sendo feito um levantamento de quantos deputados e senadores estariam dispostos a aderir ao esforço concentrado. Segundo o vice-líder Genebaldo Correia (PMDB-BA), coordenador da pesquisa, cerca de 70 por cento dos constituintes do PMDB têm respondido favoravelmente à proposta. Isso representa um número de 167 parlamentares, que com a bancada do PSDB proporcionaria um quorum de cerca de 200 constituintes.

Com a adesão dos pequenos partidos de centro e es-

querda — PDT, PT, PL, PSB, PC do B e PCB — que, juntos, totalizam 62 constituintes, o quorum ficaria bem próximo de ser atingido. Para viabilizar o esforço concentrado, bastaria a participação de pequena parte das bancadas do PFL, PDS e PTB.

Embora o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), não esteja nem um pouco disposto a colaborar com a aceleração dos trabalhos, isso não quer dizer que sua bancada agirá da mesma forma. Nas votações da semana passada, José Lourenço tentou por três vezes interromper a sessão convocando a retirada dos constituintes do PFL, sem sucesso.

As votações da última semana se resumiram a três dias com sessões apenas vespertinas, mas assim mesmo o plenário conseguiu apreciar 101 dispositivos dos polêmicos capítulos dos direitos individuais e coletivos e dos direitos sociais. Os constituintes colaboraram ao máximo com o andamento dos trabalhos, retirando em massa propostas que não foram objeto de acordo e dispensando encaminhamentos nas matérias já acertadas pelas lideranças.

Muitos pontos que despertaram polêmica durante todo o processo constituinte, como a licença maternidade de 120 dias, o

adicional de 50 por cento para hora extra e o adicional de 30 por cento de férias sequer foram votados. Até agora não foi feita nenhuma alteração que não tivesse sido acertada previamente pelos líderes.

Se este ritmo for mantido, a meta de concluir os trabalhos até meados ou, no máximo, até o final de setembro não é tão difícil de ser atingida. O título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, só tem mais um ponto polêmico para ser disputado no voto — o direito de greve. E a próxima matéria em pauta e depois dela a votação dos outros três capítulos do título — da Nacionalidade, dos Direitos Políticos e dos Partidos Políticos — promete ser bem rápida.

Concluída a votação do título II, as grandes discussões só vão reaparecer quatro títulos depois — no título VI, que trata da tributação e do orçamento, e no título VII, da Ordem Econômica e Financeira. O título seguinte, da Ordem Social, também envolve temas de difícil acordo, como seguridade social, saúde, previdência, educação, ciência e tecnologia, comunicação e meio ambiente. Depois disso, só restará o título das Disposições Gerais e o ato das Disposições Transitórias onde, entre outros itens, define o mandato do presidente Sarney.

Carta assegura novos direitos aos domésticos

A partir da promulgação da nova Carta, todo trabalhador doméstico terá direito ao décimo terceiro salário, adicional de férias de trinta por cento e aviso prévio proporcional. Estes benefícios, muito raramente observados pelos empregadores são apenas um terço da lista de nove direitos garantidos constitucionalmente aos empregados domésticos.

Além deles, o trabalhador doméstico também terá direito a salário mínimo, irredutibilidade do salário, repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos, licença-gestante de 120 dias, licença-paternidade e aposentadoria. O dispositivo que garante este conjunto de benefícios não sofreu qualquer emenda no segundo turno, sendo aprovado automaticamente.

A consagração constitucional dos direitos dos empregados domésticos pode ser considerada



Benedita da Silva

uma vitória pessoal da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que luta por eles desde a fase das subcomissões e emocionou o plenário ao defendê-los da tribuna no primeiro turno. A especificação, no texto, deste conjunto de direitos aos trabalhadores domésticos, chega a ser redundante, já que o caput do artigo 7º garante a "todos os trabalhadores urbanos e rurais" os 34 benefícios relacionados ali, entre os quais estão os nove destacados para os empregados domésticos.

O QUE ELES PODEM PEDIR

- ★ Décimo terceiro salário
- ★ Adicional de férias de 30 por cento
- ★ Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço
- ★ Salário mínimo
- ★ Irredutibilidade do salário
- ★ Repouso semanal remunerado
- ★ Licença-estante de 120 dias
- ★ Licença-paternidade
- ★ Aposentadoria

Jovens prometem lotar galerias

A União da Juventude Socialista, a Juventude do PSDB e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas pretendem fazer um trabalho de mobilização dos jovens brasileiros no sentido de colocar centenas de manifestantes no Congresso Nacional, para a votação do dispositivo que faculte o voto aos 16 anos. "Queremos melhorar nossa marca de 700 jovens que acompanharam essa proposta no primeiro turno", disse o coordenador paulista da UJS, Rovilson Brito.

Além de enviar uma correspondência pedindo confirmação do voto e apoio a cada um dos 355 constituintes que votaram pela aprovação do dispositivo, a Juventude Socialista também mandou uma carta aos 98 constituintes que defenderam posição contrária, explicando as razões dessa mobilização de jovens. "Não entendemos porque o

jovem de 16 anos pode, por opção, servir às Forças Armadas e não pode escolher livremente seus governantes e parlamentares", argumenta Rovilson.

Segundo pesquisa feita no Brasil inteiro por essas entidades, cerca de 60 por cento dos jovens entre 16 e 18 anos já ingressaram no mercado de trabalho e a própria Constituição reconhece o trabalho do menor a partir dos 14 anos. "Livre para trabalhar, mas não para votar?", pergunta Elias Ferreira, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas de Fortaleza.

Os jovens socialistas vão se reunir hoje e amanhã no Centro Cultural Paz e Socialismo, no Conic, para traçar estratégias de mobilização e comportamento nas galerias durante as votações da Constituinte. "Queremos bandeiras, cartazes e coro organizado,

mas tudo sem tumulto ou baderna que não interessam a ninguém", afirma Flávio Vilar da UJS/DF. Ele acredita que os jovens brasileiros estão bastante motivados para acompanhar as votações da próxima semana, especialmente os secundaristas.

Em decorrência da falta de definição sobre o dia exato da votação sobre o dispositivo dos 16 anos, os jovens estão encontrando dificuldades em trazer companheiros de outros Estados e mantê-los em Brasília. "Muitos que estiveram no Congresso Nacional durante a semana, já retornaram a seus Estados. Vamos contar mesmo é com a moçada brasiliense. Os coordenadores da UJS aproveitaram a estada na capital para ter reuniões com as lideranças dos partidos de esquerda e com alguns constituintes mais engajados.